

HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	160323-HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO	BRENO MARTINS GUEDES	05/05/2026 13:03 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		65344.004224/2026-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO MILITAR DO LESTE

1ª REGIÃO MILITAR

BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA - SRP (IRP)

1.1. Aquisição de **Órtese, Prótese e Materiais Especiais, em regime de consignação com comodato (relançamento)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A tabela com a descrição dos itens, quantidades e descrição complementar encontram-se em Anexo deste Termo de Referência.

1.2.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1.2 Para o Item 12 - Fragmentador tecidual para laparoscópico, tipo morcelador - deverá ser entregue em comodato o motor ou gerador de energia, apenas pelo prazo suficiente para realização do procedimento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, através do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** com a abertura da **Intenção de Registro de Preços (IRP)**, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades que tenham interesse em adquirir o mesmo objeto.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o disposto no artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas no edital e a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do artigo 105 da mesma Lei.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição constante no COMPRASNET (CATMAT) e as especificações do Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último.

1.8. A prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 84 da Lei no 14.133/2021, pode incluir a renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos termos do Enunciado no 42 do CJF.

1.9. Outrossim, não será admitida a adesão do processo licitatório.

1.10. As empresas participantes deverão trabalhar com sistema de comodato, dando apoio técnico com materiais específicos de trauma, caixa de instrumental específico de trauma, com perfuradora, instrumentador cirúrgico, torre de vídeo artroscopia. Sendo priorizado a padronização e especificidade dos diversos materiais. Ademais, apoio com instrumental específico, caixa básica e perfuradora. Sem qualquer custo para a Administração.

1.11. As empresas participantes deverão trabalhar em sistema de comodato, com apoio com materiais biológicos. Deverão apoiar com instrumental específico para trauma, com caixa básica e perfuradora. Em relação as cirurgias de Artro plástica de ombro todos os materiais específicos, instrumental e caixas básicas de apoio deverão corresponder a mesma qualificação e padronização determinados. Deverão atender trauma de membro superior, membro inferior e extremidades. Sem qualquer custo para a Administração.

1.12. Havendo divergência entre as descrições dos itens previstas no sistema Compras.Gov e no termo de referência prevalecerá às descritas no termo de referência.

1.13. A formação dos itens por grupos é essencial devido a necessidade de compatibilidade entre os itens e do material de apoio sob demanda para melhor técnica de execução do procedimento cirúrgico.

1.14. As Licitante(s) vencedora de quaisquer itens/grupos que necessitem de equipamentos/acessórios se responsabilizará pela consignação do referido material no dia do procedimento cirúrgico, bem como a substituição do mesmo em tempo hábil, caso apresente problemas durante a utilização, de forma a não comprometer a realização ou andamento do procedimento cirúrgico;

1.15. o material cedido por comodato, sem custos adicionais para União, deverá ser utilizado exclusivamente durante o uso do respectivo item da Licitante vencedora, em caso de pane e/ou manutenção do equipamento a responsabilidade de conserto ou troca será da Contratada, sem qualquer custo adicional para Administração.

1.16. Em caso de pane que interrompa o funcionamento do equipamento em comodato com a impossibilidade de uso do item licitado, caberá a Contratada o ônus do item, manutenção do equipamento e/ou quaisquer eventuais responsabilidade que proporcione prejuízo.

1.17. Faz-se necessário o uso de material permanente por consignação durante o uso do material descartável (item) descrito neste Termo de Referência, em razão de reduzir complicações cirúrgica se garantir o uso do próprio material fornecido.

1.18. Em caso de perda, avaria ou destruição de equipamento fornecido por comodato, ocasionado pela equipe da OMS, será instaurada sindicância para apurar a ocorrência, sendo o valor a ser ressarcido a empresa o valor praticado pelo mercado.

1.19. Caso ocorra qualquer avaria ou dano causado pela representante da Contratada, o ônus caberá a empresa.

1.20. Normas e regulamentações do material a ser fornecido:

1.21. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais, que se encontram reguladas pelas seguintes legislações.

1.21.1. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os correlatos e outros produtos, e da outras providências"; e

1.21.2. Fabricação e controle por linha de produção/produtos no que couber, emitido pela secretaria de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, nos termos do disposto na Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 16 de 28/03/2013 e alterações, que tratados requisitos aplicáveis a fabricação de produtos médicos.

1.22.3. Todos os itens deverão conter na embalagem do produto, individualmente o, nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, quando for o caso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta no ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei n.º 6.360, de 1976 e Decreto n.º 8.077, de 2013;

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO n.º 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado;

4.1.3. Demais critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no ETP.

- 4.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, tendo em vista que os materiais a serem adquiridos são indubitavelmente imprescindíveis para o funcionamento de Unidades de Saúde.

- 4.4. Nessa lógica, o desabastecimento acarretaria graves danos ao atendimento da saúde da Família Militar, em prejuízo ao direito à saúde estabelecido na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

Subcontratação

- 4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Garantia da contratação

- 4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Celebração de contratos

- 4.7. Conforme redação do art. 6º, da Lei n.º 10.522/2002, com redação dada pela nova Lei n.º 14.973/2024, para fins de celebração de contratos com a Administração Pública é necessária a regularização do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

- 4.8. Demais requisitos da contratação encontram-se pormenorizados nos Estudos Técnicos Preliminares

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.9. Na presente licitação, não será realizada a exclusividade nem a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista não ser vantajoso para esta OMS:

4.10. A presente justificativa visa fundamentar a imprescindibilidade da padronização dos materiais de OPME e, conseqüentemente, a necessidade de sua aquisição de forma agrupada por grupos. Tal modelagem é crucial para assegurar a eficácia, segurança e qualidade da assistência à saúde do paciente e em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

4.11. Os procedimentos cirúrgicos em questão envolvem a utilização de um conjunto de materiais de OPME que devem interagir de forma precisa e sinérgica. A ausência de uma rigorosa padronização – que contemple padrões técnicos, composição de materiais, especificações dimensionais, características de desempenho e compatibilidade de compostos – acarreta riscos significativos e inaceitáveis ao paciente e à eficiência do ato cirúrgico.

4.12. A isonomia técnica e funcional dos materiais é um requisito basilar. Cada componente, ainda que aparentemente simples, desempenha um papel crítico no conjunto, e sua variação, mesmo que mínima, pode comprometer a integridade do sistema como um todo. A utilização de itens não padronizados ou de diferentes fabricantes, com especificações divergentes, pode resultar em:

4.12.1. Incompatibilidade entre Componentes: Falhas na conexão, encaixe inadequado ou reações adversas entre materiais distintos, podendo levar à falha do dispositivo ou à necessidade de improvisações arriscadas durante o procedimento.

4.12.2. Aumento do Risco Cirúrgico: Prolongamento do tempo cirúrgico devido a dificuldades de manipulação ou adaptação de materiais incompatíveis, maior risco de infecções, lesões teciduais inadvertidas e sangramentos excessivos.

4.12.3. Complicações Pós-Operatórias: Rejeição de implantes, reações inflamatórias exacerbadas, falha na cicatrização, necessidade de reintervenções cirúrgicas, aumento do tempo de internação e, em casos extremos, sequelas permanentes ou risco de vida ao paciente.

4.12.4. Comprometimento da Eficácia Terapêutica: Resultados subótimos do procedimento, com impacto direto na recuperação e qualidade de vida do paciente.

4.12.5. Em contrapartida, a padronização rigorosa dos materiais assegura:

4.12.5.1. Plena Compatibilidade e Interoperabilidade: Garantia de que todos os itens funcionarão harmonicamente, conforme o planejado pela equipe cirúrgica.

4.12.5.2. Segurança do Paciente: Minimização drástica dos riscos intra e pós-operatórios associados à falha ou inadequação de materiais.

4.12.5.3. Otimização do Tempo Cirúrgico: Maior fluidez e previsibilidade no procedimento, permitindo que a equipe se concentre nos aspectos técnicos da cirurgia.

4.12.5.4. Previsibilidade de Resultados: Aumento da taxa de sucesso dos procedimentos e da qualidade da recuperação do paciente.

4.12.5.5. Racionalização de Recursos: Redução de desperdícios, de custos associados a complicações e reintervenções, e otimização do uso de salas cirúrgicas.

4.12.6. Destarte, a padronização não é uma mera conveniência, mas uma condição sine qua non para a excelência e segurança da prática cirúrgica em tela.

4.13. A necessidade de padronização, conforme exaustivamente demonstrado, impõe a aquisição dos materiais cirúrgicos de forma agrupada, ou seja, por lotes ou kits. Esta estratégia é a única capaz de garantir que todos os componentes necessários para um determinado procedimento mantenham a isonomia técnica e a compatibilidade funcional indispensáveis.

4.14. A aquisição isolada de cada item, proveniente de múltiplos fornecedores e processos licitatórios distintos, introduziria uma variabilidade indesejada e perigosa. Mesmo que cada item, individualmente, atenda a especificações mínimas, a combinação de componentes de origens e padrões de fabricação diversos pode, e frequentemente irá, resultar em incompatibilidades que comprometem o resultado final.

4.15. A indivisibilidade técnica do conjunto de materiais é, portanto, manifesta. Os itens que compõem cada grupo/ lote formam uma unidade funcional coesa, onde a eficácia de um depende intrinsecamente da adequação e compatibilidade dos demais. O parcelamento do objeto, neste contexto, seria tecnicamente inviável e representaria um prejuízo ao "conjunto ou complexo do objeto a ser contratado", impactando diretamente a segurança do paciente e a qualidade do serviço de saúde prestado.

4.16. Esta modelagem encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

4.16.1. O Art. 40, inciso V, alínea 'b', estabelece que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá abordar, entre outros elementos, as "justificativas para o parcelamento ou não da contratação". A presente justificativa demonstra a inviabilidade técnica do parcelamento.

4.16.2. O Art. 47, § 1º, da referida Lei, preceitua que "A licitação por itens será utilizada quando o objeto possuir natureza divisível, desde que não haja comprometimento do conjunto ou complexo ou perda de economia de escala". No caso em tela, o parcelamento comprometeria irremediavelmente o "conjunto ou complexo" dos materiais necessários ao procedimento cirúrgico, dada a exigência de absoluta compatibilidade e padronização.

4.16.3. Ademais, o Art. 82, § 1º, da mesma Lei, permite que, "Quando a licitação previr o fornecimento de bens em grupos ou lotes, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço por grupo ou lote", o que se coaduna com a estratégia aqui defendida.

4.16.4 A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), embora anterior à Lei nº 14.133/2021, corrobora o entendimento de que a adjudicação por item é a regra para objetos divisíveis, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo. A indivisibilidade técnica aqui apresentada configura a exceção que justifica plenamente a aquisição por grupos.

4.16.5. Portanto, a aquisição por grupos é tecnicamente indispensável para assegurar a padronização e, por conseguinte, a segurança e eficácia dos procedimentos cirúrgicos, além de ser economicamente vantajosa ao evitar custos decorrentes de complicações e reintervenções.

4.17. Em que pese o dever da Administração Pública de fomentar a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nos certames licitatórios, conforme preceitua a legislação vigente, a natureza técnica dos grupos de materiais cirúrgicos aqui propostos impõe uma ressalva.

4.18. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 48, § 3º, inciso II, estabelece que a aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para ME/EPP (incluindo a reserva de cotas ou itens exclusivos) poderá ser dispensada, justificadamente, "quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado".

4.19. Conforme amplamente recorrido, a integridade, compatibilidade e padronização do conjunto de materiais que compõem cada grupo são essenciais e inegociáveis para a segurança do paciente e o sucesso do procedimento cirúrgico. A divisão dos grupos para fins de criação de cotas ou itens exclusivos para ME/EPP implicaria, necessariamente, na quebra da unidade funcional desses conjuntos. Tal fracionamento reintroduziria o risco de aquisição de componentes incompatíveis, provenientes de diferentes linhas de produção ou padrões técnicos, o que representaria um grave prejuízo ao "conjunto ou complexo do objeto a ser contratado" e, fundamentalmente, à segurança do paciente.

4.20. A prioridade máxima, neste contexto, é garantir a aquisição de um sistema de materiais coeso e funcionalmente integrado. A complexidade técnica e a criticidade dos materiais em questão tornam inviável a aplicação da reserva de mercado sem comprometer o objetivo primordial da contratação, que é a salvaguarda da saúde e da vida.

4.21. Assim, justifica-se a não destinação de itens ou lotes exclusivos para ME/EPP dentro dos grupos de materiais cirúrgicos propostos, com fulcro no Art. 48, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, porquanto tal medida representaria um risco inaceitável à integridade do objeto licitado e à segurança dos pacientes.

4.22. Diante do exposto, a adoção da padronização dos materiais cirúrgicos e sua consequente aquisição por meio de grupos revela-se como a única estratégia capaz de assegurar a qualidade, a segurança e a eficácia dos procedimentos cirúrgicos em questão. Tal modelagem, amparada técnica e legalmente, visa garantir a isonomia e compatibilidade funcional dos insumos, minimizando riscos e otimizando os resultados assistenciais, em pleno atendimento ao interesse público e aos princípios da eficiência e da busca pela melhor técnica. A não aplicação da reserva de mercado para ME/EPP, neste cenário específico, fundamenta-se na necessidade de preservar a integridade do objeto e a segurança do paciente, valores preponderantes na presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 48 horas, e em situações de urgência, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 4 horas, conforme item 4.2. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), contados do recebimento do empenho, em parcela.

5.1.1. Entrega do material deverá corresponder ao Modelo de Recibo de Entrega de Material OPME, conforme anexo deste Termo de Referência.

5.1.2. O registro ANVISA cadastrado na proposta devesse compreender ao mesmo do material entregue, conforme anexo deste Termo de Referência.

5.1.3. Caso ocorra a impossibilidade do mesmo registro ANVISA para entrega de material durante a vigência da contratação, a Contratada devesse informar previamente, período de 10 (dez) dias úteis com a devida justificativa para mudança de material e desde que seja comprovado a equivalência ou superioridade de qualidade e custos acima dos inicialmente estimados neste

certame. Somente serão aceitos materiais que a Administração, mediante pesquisa de preços, certifique a vantagem econômica e técnica para União, cabendo a Contratada a responsabilidade e sanções previstas no Edital caso ocorra qualquer prejuízo por alteração de material previsto durante a vigência da Contratação.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGERJ), Av. Duque de Caxias, 1551 - Deodoro - Rio de Janeiro, CEP:21.615-220

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3.2 Deixa-se de utilizar o recebimento da Nota de Empenho como início da contagem do prazo de entrega por estarem as OPME's enquadrado no regime especial na remessa interna e interestadual de produtos médico hospitalares, exceto medicamentos, relacionados a implantes e próteses médico-hospitalares, para utilização e ato cirúrgico por hospitais ou clínicas (Redação dada pelo Ajuste SINIEFNO 3 DE 27/07/2015)

5.4. No momento da entrega da OPME, deve ser verificada a documentação: a AF, NF-e ou Danfe e o produto quanto a: integridade da embalagem, especificação técnica, quantidade, presença de instrução de uso e etiquetas de rastreabilidade com identificação do fabricante, lote ou série, validade e registro na Anvisa (preferencialmente na presença do fornecedor). Quando as OPME não atenderem às especificações técnicas ou apresentarem qualquer não conformidade, o produto deverá ser devolvido ao fornecedor, para as devidas correções.

5.4.1. O fornecimento do material solicitado será em consignação, sendo que após sua utilização e auditoria será emitido e entregue a Nota de Empenho para posterior emissão da Nota Fiscal por parte do fornecedor.

5.4.2. A nota de empenho somente será gerada após auditoria interna acerca dos materiais utilizados nos eventuais procedimentos cirúrgicos, a conferência será por meio de Relatório "Pós cirúrgico" (contendo os dados suficientes para auditoria da contratação).

5.4.3. O prazo para envio do Relatório Pós Cirúrgico, emitido pela Contratada, deverá compreender ao prazo de até 2 (dois) dias úteis após a utilização dos materiais, o que deverá ser enviado por email: dmc.hgerj@gmail.com.

5.4.4. Os produtos devem ser apresentados em suas unidades de acondicionamento (embalagem Individual) contendo o número do lote, a data de validade, tipo de esterilização (se for o caso) e o nome comercial de forma legível, em atendimento ao artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.4.5. Os materiais deverão estar acompanhados do respectivo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica(D ANFE) e AF ou documento auxiliar de nota fiscal eletrônica, cabendo os profissionais encarregados pelo almoxarifado das farmácias hospitalares das OMS ou seção equivalente realizar o recebimento provisório ou definitivo.

5.4.6. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

5.4.7. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deteriorização do material, conforme regulamentação da ANVISA.

5.4.8. Por ocasião da entrega, deverá ser apresentada cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 751, de 15 de setembro de 2022 e alterações, e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10(dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos. 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.15. Os fornecedores vencedores do certame deverão fornecer, juntamente com o material adquirido, todos os equipamentos indispensáveis à sua correta utilização, em conformidade com as necessidades e exigências dos procedimentos realizados no Hospital Geral do Rio de Janeiro. Ademais, caso este nosocômio considere necessário, os fornecedores deverão disponibilizar instrumentadores especializados, devidamente capacitados, para auxiliar na execução dos procedimentos médicos, garantindo a eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados. O cumprimento dessas exigências será condição essencial para a efetivação do fornecimento e para a adequação dos materiais às especificidades das atividades hospitalares.

COMODATO

5.16. O Item 12 - Fragmentador tecidual para laparoscópico, tipo morcelador - compreende material descartável relacionado a utilização de energia, logo, necessitará de fornecimento em regime de comodato do respectivo gerador. A licitante vencedora do certame deverá fornecer o referido gerador na mesma data de vigência desta ata de registro de preços oriunda do certame gerador, ou enquanto permanecerem em estoque no HGeRJ os produtos adquiridos para uso no equipamento.

5.16.1. Deverá ser entregue em comodato o motor ou gerador de energia, apenas pelo prazo suficiente para realização do procedimento, devendo retirá-lo logo após o término do procedimento cirúrgico, não sendo necessário o Termo de Contrato de Comodato.

5.16.2. O HGeRJ deverá operar o(s) EQUIPAMENTO(S) de acordo com seu(s) respectivo(s) MANUAL(IS) TÉCNICO(S) que o(s) acompanha(m), e ainda conforme as instruções fornecidas durante o período de treinamento. Em caso de danos ao(s) EQUIPAMENTO(S) decorrentes de culpa ou dolo, responderá o HGeRJ pelo valor correspondente à mão-de-obra aplicada e necessária à recuperação do(s) EQUIPAMENTO(S), bem como pelo valor das peças utilizadas.

5.16.3. É vedado ao HGeRJ, o uso de qualquer assistência técnica que não a da Comodante ou de seus prepostos autorizados, ou adquirir de terceiros peças de reposição.

5.16.4 Em caso de extravio, danos provocados ao bem objeto do comodato que representem sua perda total, ou não devolução em perfeito estado de uso e conservação ao término desse instrumento, excetuando-se a ocorrência de caso fortuito ou força maior, pagará o HGeRJ à licitante vencedora o valor de seu preço de mercado.

5.16.5. A empresa vencedora da licitação deverá entregar o equipamento 01 (um) dia útil antes da data prevista para a realização do procedimento médico cirúrgico, devendo ser acionada através do canal de comunicação formal (e-mail) com no mínimo 05(cinco) dias úteis anteriores à cirurgia.

5.16.6. O HGeRJ deverá abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no equipamento, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da empresa vencedora do certame.

5.16.7. O gerador disponibilizado permanecerá sendo de exclusiva propriedade da empresa vencedora, e será entregue ao HGeRJ, o qual não poderá vendê-lo; caucionado; cedido; onerado, de qualquer forma, alienado; ou alugado a terceiros.

5.16.8 Cuidar para que o gerador seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento (se existir treinamento) e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo HGeRJ somente com o propósito estipulado no termo de referência e no instrumento de comodato.

5.16.9. O equipamento será entregue ao HGeRJ em perfeito estado de conservação e funcionamento. O licitante vencedor do certame fornecerá ao HGeRJ todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento dos INSTRUMENTAIS disponibilizados.

5.16.10. O motor ou gerador de energia serão cedidos gratuitamente ao HGeRJ, para fins de utilização do produto fornecido pelo licitante, conforme estipulado no edital e anexos.

5.16.11. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do gerador ou motor, que inclui, sem qualquer ônus para o HGeRJ, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração.

5.16.12. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico do HGeRJ motivada pela falta do gerador ou motor, por um período superior a 02 (duas) horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

OPME

5.17. As OPME solicitadas deverão ser entregues em no máximo 48 horas, e em situações de urgência, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 4 horas, conforme item 4.2. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

5.17.1 O processo de recebimento de OPME deverá incluir uma verificação detalhada da integridade das embalagens, quantidade, especificação técnica e etiquetas de rastreabilidade.

5.17.2. O registro das informações das OPME no sistema informatizado deverá conter os dados do fabricante, número de lote, validade e número de registro na ANVISA.

5.17.3. As OPME não utilizados no ato cirúrgico devem ser conferidos e recebidos pelo DMC, ou salvo melhor juízo, Depósito de órtese, próteses e materiais especiais e atestado a devolução ou a troca de componentes não utilizados, mesmo depois de expirada a sua validade ou garantia ao fornecedor que responsabiliza-se por efetuar essa operação, conforme item 3.4. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

5.17.4. O fornecedor responsabiliza-se por disponibilizar em disponibilizar um orientador técnico exclusivamente para esta função, caso haja necessidade de uso ou montagem da OPME no estabelecimento de saúde, conforme item 3.4. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

5.17.5 . O fornecedor responsabiliza-se por capacitar a equipe de profissionais do estabelecimento de saúde, para a correta utilização dos OPME.

Justificativa para Previsão de Adesão à Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades Não Participantes

5.18. A inclusão, no presente processo, da possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes encontra-se devidamente motivada, tendo como fundamento os princípios da economicidade, eficiência e isonomia que norteiam a Administração Pública, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o disposto no art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.19. A previsão busca atender à demanda recorrente de outros entes da Administração Pública por soluções padronizadas e vantajosas, possibilitando o compartilhamento do resultado do certame com órgãos que, por razões de planejamento, orçamento ou conveniência administrativa, não tenham participado originalmente do processo licitatório. Trata-se de medida que fomenta a racionalização dos procedimentos de contratação e o aproveitamento da economia de escala, gerando benefícios à coletividade e à própria gestão pública.

5.20. Ademais, tal previsão encontra respaldo em jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a adesão à Ata desde que haja motivação expressa no processo administrativo (Acórdão nº 2037/2019 – Plenário). Assim, de forma preventiva e alinhada às boas práticas administrativas e aos precedentes do controle externo, justifica-se a inclusão dessa possibilidade no instrumento convocatório.

5.21. Ressalte-se que a adesão estará condicionada à conveniência do órgão gerenciador, à capacidade de atendimento do fornecedor e ao quantitativo máximo previsto para adesões, garantindo, com isso, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste e o cumprimento das condições pactuadas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato.

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A gestão e a fiscalização dos contratos de fornecimento contínuo serão realizadas no âmbito da Organização Militar de Saúde apoiada.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1. Não apresentar site planning e projeto de infraestrutura e adequação da sala de exames;

7.2.4.7.2. Não prestar garantia com assistência técnica corretamente, nos termos do tópico específico do ETP; e

7.2.4.7.3. Não reparar corretamente eventuais danos causados no transporte do equipamento.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 04 (quatro) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação, entrega e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/03/2025**.

8.34. Quando da renovação contratual, os preços iniciais poderão reajustados, mediante aplicação do índice IPCA, observando o teto máximo estabelecido na Tabela CMED (regulada pela Lei nº 10.742/2003), exclusivamente para as obrigações futuras.

8.35. Deverá haver consulta formal à contratada, 90 dias antes da prorrogação do fornecimento, quanto ao interesse de reajuste nos valores pactuado.

8.35.1. A contratada deverá apresentar a solicitação de reajuste antes da celebração de qualquer aditamento referente à prorrogação da vigência do contrato.

8.35.2. O preço dos itens poderão ser repactuados individualmente.

8.36. Em caso de interesse de reajuste, a contratada deverá apresentar memória de cálculo com a nova proposta de modo que embase o reajuste solicitado.

8.37. Após o recebimento da nova proposta, a Contratante realizará nova pesquisa de preços com a finalidade de verificar se o valor proposto é compatível com o mercado, subsidiando o possível reajuste.

8.38. Caso não haja qualquer ressalva da contratada quanto ao reajuste, restará caracterizada a preclusão lógica do direito ao reajuste para o período objeto da prorrogação.

8.38.1. Reitera-se que a formalização de aditamento do contrato sem a concessão do reajuste ou sem ressalva expressa de sua superveniente análise será considerada renúncia tácita ou preclusão lógica do direito ao reajuste.

8.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

CONSIGNAÇÃO

8.43. Os materiais descritos na tabela do item 1 serão adquiridos sob a modalidade de consignação. No entanto, será permitido manter um estoque mínimo para urgências e emergências, especialmente para cirurgias, quando não for possível a disponibilização imediata por consignação, tais como:

8.44. parafusos e placas ortopédicas; fixadores Externos; hastes Intramedulares: utilizadas para fraturas longas de ossos como o fêmur ou a tíbia; fios de Kirschner; cimento ósseo; materiais de sutura especializada; stents vasculares e dispositivos de hemostasia; e outros de acordo com a necessidade da clínica cirúrgica, anteriormente autorizada.

8.45. Nas aquisições necessárias para se manter um estoque mínimo, próprio.

8.46. As OPME não utilizados no estoque próprio ou mínimo deverão ser devolvidas ou trocadas pelo fornecedor, mesmo depois de expirada a sua validade ou garantia.

8.47. As OPME solicitadas deverão ser entregues em no máximo 48 horas, e em situações de urgência, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 4 horas, conforme item 4.2. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

8.48. O processo de recebimento de OPME deverá incluir uma verificação detalhada da integridade das embalagens, quantidade, especificação técnica e etiquetas de rastreabilidade.

8.49. O registro das informações das OPME no sistema informatizado deverá conter os dados do fabricante, número de lote, validade e número de registro na ANVISA.

8.50. As OPME não utilizados no ato cirúrgico devem ser conferidos e recebidos pelo DMC, ou salvo melhor juízo, Depósito de órtese, próteses e materiais especiais e atestado a devolução ou a troca de componentes não utilizados, mesmo depois de expirada a sua validade ou garantia ao fornecedor que responsabiliza-se por efetuar essa operação, conforme item 3.4. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

8.51. O fornecedor responsabiliza-se por disponibilizar em disponibilizar um orientador técnico exclusivamente para esta função, caso haja necessidade de uso ou montagem da OPME no estabelecimento de saúde, conforme item 3.4. do Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

8.52. As empresas participantes deverão trabalhar em sistema de comodato , com apoio com materiais. Deverão apoiar com instrumental específico para as cirurgias.

8.53. O fornecedor responsabiliza-se por capacitar a equipe de profissionais do estabelecimento de saúde, para a correta utilização dos OPME.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por grupos conforme anexo, em regime aberto.

9.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

9.2.1. O documento comprobatório da notificação/registo do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013, **se for o caso**:

9.2.2. Proposta de preços atualizada, contendo as características do material ofertado, conforme descrição detalhada cadastrada no sistema eletrônico;

9.2.3. Os materiais licitados deverão estar registrados na agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em estrita observância aos preceitos da Lei nº 6.360/76 e de seu regulamento baixado pelo Decreto nº 9.094/77, atendidas, ainda, as normas expressas na portaria conjunta nº 01 de 08 de março de 1996. Caberá à licitante classificada, após regular solicitação do Pregoeiro, de remeter cópia do referido Registro do item na ANVISA, juntamente com a publicação de seu ato no Diário Oficial observando-se sua validade, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO daquele(s) item(s).

9.2.4. O licitante deverá apresentar cópia do DOU de Dispensa de Registro para produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim cadastrados, discriminando cada item na cópia do DOU, quando for o caso, conforme cartilha da ANVISA (Vigilância Sanitária e Licitações Públicas), publicadas em junho de 2003.

9.2.5. Catálogos e folhetos contendo informações técnicas do material ofertado.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.4.1. Valor do Grupo: conforme tabela em anexo deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. No caso de exercício de atividade de fornecimento de equipamento médico-hospitalar:

9.14.1. a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; e

9.14.2. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

9.33. a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas.

9.34.1.1. Fornecimento de medicamentos de características similares ao objeto da presente licitação.

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

9.34.3.1. Serão admitidos atestados com quantidades de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o item acima, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

9.33.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 115.593,87 (cento e quinze mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos)**, conforme custos unitários da tabela em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida na dotação orçamentária indicada no Termo de Contrato.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 4.1.27. As partes devem cumprir as disposições constantes na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- 4.1.28. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

- 5.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 5.6. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.7.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.7.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.8.3. Indenizações e multas.
- 5.9. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.10. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal da Comarca da Capital, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência /Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA DA CRUZ MELO DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 13:43:00.

JOICE NUNES DE ARAUJO MELLO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:28:16.

EMERSON DOS SANTOS SANT ANNA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 13:03:23.